



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Passa-se à apreciação da matéria que está sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item 1.

Medida Provisória nº 255-A, de 2005

(do Poder Executivo)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 255-A, de 2005, que prorroga o prazo para opção pelo regime de Imposto de Renda Retido na Fonte de Pessoa Física dos participantes de planos de benefícios e dá outras providências, tendo parecer do Relator da Comissão Mista, designado em Plenário, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa desta e das emendas de nºs 1 a 8; pela adequação financeira e orçamentária desta e das emendas de nºs 1 a 4 e de 6 a 8, pela inadequação financeira e orçamentária da emenda de nº 5; e, no mérito, pela aprovação desta, das emendas de nºs 3, 6, 7 e 8, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição das emendas de nºs 1, 2, 4 e 5 (Relator: Dep. Dr. Benedito Dias).



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Há oradores inscritos para discutir a matéria.



O SR. PAULO LIMA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PAULO LIMA (PMDB-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, tendo em vista a renúncia do Presidente Severino Cavalcanti, pergunto a V.Exa. quais serão os procedimentos para a eleição do novo Presidente e quais serão os critérios. De acordo com o Regimento, será respeitada a contagem das sessões de forma contínua?

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - De forma procedente, pergunta o Deputado Paulo Lima, ante a renúncia do Presidente Severino Cavalcanti, quais são os procedimentos para a escolha do novo Presidente da Câmara.

Digo a S.Exa. e aos demais Srs. Parlamentares que, nesta breve interinidade, procurarei fazer com que a instituição funcione e, na medida do possível, reabilitando a Mesa e o Colégio de Líderes, instrumentos fundamentais para o andamento dos trabalhos da Casa.

Os Srs. Líderes estão convocados para reunião do Conselho de Liderança, amanhã, às 10h, no gabinete da Presidência, a fim de discutirmos regra e data para eleição. A disposição regimental é a de que a eleição dar-se-á dentro de um prazo de até 5 sessões, a contar da publicação da renúncia, obviamente sexta-feira, posto que se exclui o primeiro dia de contagem de prazo. Quero dividir com os Srs. Líderes a melhor orientação quanto às normas e quanto à data da eleição.

Essa é a resposta à procedente questão de ordem levantada por V.Exa., Deputado Paulo Lima.



O SR. ROBSON TUMA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ROBSON TUMA (PFL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. não contará o dia de hoje como prazo para a contagem das 5 sessões?

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - V.Exa. ouviu a Mesa.

O SR. ROBSON TUMA - Não, não ouvi. V.Exa. disse sexta-feira. Sexta-feira é depois de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - A data se conta, nobre Deputado Robson Tuma, a partir da publicação. A publicação será feita amanhã. E o prazo começa a ser contado no dia seguinte à publicação. Sexta, segunda, terça, quarta e quinta-feira, didaticamente. Até quinta-feira. Não quero — posso, mas não quero — tomar a decisão isoladamente. Por isso, estou convidando os Líderes para, às 10h da manhã, discutirmos procedimentos a serem adotado.

Adito que, na reunião, já teremos o roteiro de normas e especificações para facilitar o trabalho dos Srs. Líderes, dos eventuais candidatos e de todo e qualquer colega que queira estar presente a esse ato, que é importante para os destinos da Casa.

Não há mais dúvidas quanto à matéria.



O SR. PAULO LIMA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PAULO LIMA (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, dada a relevância do assunto, será que a sala da Presidência não será pequena?

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Nobre Deputado Paulo Lima, com todo o respeito, se assim ocorrer, salas amplas não faltam nesta Casa.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Para discutir a matéria favoravelmente, concedo a palavra ao nobre Deputado Ronaldo Dimas. *(Pausa.)*

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Coruja. *(Pausa.)*

S.Exa. declina de usar da palavra.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é claro que a matéria trata de incentivos fiscais para aplicações. E, dentro desse manicômio tributário brasileiro, é o que se apresenta para nós como medida provisória. É assim que deliberamos hoje, em função dos poderes imperiais do Presidente da República.

Se este Parlamento soubesse a força que tem — e qualquer Casa legislativa do mundo a conhece —, seria altivo e independente do Poder Executivo.

Sr. Presidente, minha posição está de acordo exatamente com o clima em que vive o Parlamento brasileiro: sou pela sua independência, dentro das prerrogativas parlamentares democráticas e legais, que cabem a qualquer Parlamento do mundo.

Vejam V.Exas. que mesmo o Parlamento dos Estados Unidos, país que adota o regime presidencialista, tem tanta força quanto o Poder Executivo. Os poderes são equivalentes, não se superpõem, e as eleições são dinâmicas: a cada 2 anos, há eleições para o parlamento americano.

Na Europa, as democracias são parlamentaristas, com fácil resolução para os problemas e conflitos.



Se tal regime fosse adotado aqui, Sr. Presidente, esse tipo de matéria, que veio para cá em forma de medida provisória, jamais seria tratada nesta Casa, isso porque as regras seriam permanentes e duradouras, para que o estímulo à poupança no País fosse algo significativo, e não eventual ou prorrogável, de quando em quando, ao humor do governante brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sou por um Parlamento forte, altivo, independente e zeloso das questões ética e moral. Por isso, a necessidade de independência do Executivo.

Se fôssemos independentes do Executivo, não estaríamos envolvidos na maior crise política da história brasileira, uma crise que atinge mortalmente os Poderes Executivo e Legislativo brasileiros. Estamos dando o exemplo. A renúncia do Presidente Severino Cavalcanti significa que o Parlamento brasileiro, em poucos meses, sairá desta crise doída e sofrida. Sairemos!

E, a partir daí, passaremos a discutir matérias importantes para nosso País. Não queremos discutir as medidas provisórias, mas as reformas estruturais brasileiras, o modelo político, a economia brasileira, a questão fiscal, a educação, a saúde, a cultura, enfim, um país, porque essa meleca que aí está não deu certo.

É hora de fazermos as revisões, encontrar a solução que o País exige e enquadrar o Poder Executivo numa nova perspectiva de Parlamento realmente forte e independente, capaz de responder aos anseios da população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Alberto Goldman, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, passado este momento de evidente constrangimento para todos nós, vamos trabalhar. Vamos discutir os temas nacionais, vamos discutir o País. A Nação aguarda de nós exatamente isso.

Quero fazer aqui uma análise — este é o nosso papel político —, do texto divulgado na última segunda-feira pelo Diretório Nacional do PT, a nosso ver, uma das mais virulentas resoluções tomadas por aquele órgão nos últimos tempos.

No plano interno, o alvo da direção petista, de olho nos novos tempos pós-derrocada (ainda que parcial) do Campo Majoritário, são as facções à esquerda.

O discurso consubstanciado na resolução partidária visa claramente agradar posições mais extremadas que, pelo que demonstram os resultados da votação de domingo, contam com apoio de mais de 50% dos filiados. Também busca reatar laços os movimentos sociais, com os quais a relação já está muito esgarçada.

Mas como a direção petista faz isso? Transformando o PSDB no inimigo contra o qual todos os militantes, seja de que matiz forem, devem unir-se, por sermos nós, os tucanos, nessa visão, a personificação de um golpismo que estaria solapando a história do PT. A culpa, para o PT, está sempre nos outros. Seria apenas a velha arrogância que sempre caracterizou o partido, não fosse um estratégia velhaco.

Trata-se do mais puro ilusionismo. Os atuais dirigentes petistas — que há poucas semanas se apresentavam como baluartes da “refundação” ética do partido



— contorcem-se, em desespero, para nos fazer crer que toda a rede de falcatruas montadas pelo PT, que ora se desnuda, não passa de artimanhas da oposição.

Como se as malas de dinheiro, os dólares na cueca, os saques milionários do mensalão e o valerioduto não passassem de invenção de laboratório do “golpismo oposicionista” em aliança tácita com a mídia. De teorias conspiratórias continuam a viver os petistas, mostrando que há pouco de novo em toda a pretensa autocrítica que o partido promove. Como dizia Sartre, para os petistas, “*o inferno são os outros*”.

Não é fato que o PSDB manipula e sabota as investigações das Comissões Parlamentares de Inquérito e alimenta uma onda denunciata. O que é fato são as montanhas de irregularidades que, nas várias Comissões em curso, foram reveladas e, posteriormente, comprovadas por meio das criteriosas investigações que se sucederam. Vale salientar ser digna de nota a responsabilidade com que a Oposição se tem comportado nas CPIs, algo comprovado pela opinião pública e até mesmo por vozes do Governo menos comprometidas com a teoria conspiratória em uso.

A direção do PT busca fazer crer que a maior rede de corrupção já montada na República — e acerca disso parece que ninguém há de discordar — é fruto de mero deslize de alguns que “eventualmente” (na estratégia ilusionista do PT) ocuparam postos-chave na direção partidária. E, sendo apenas deslizes, a história impoluta do partido estaria a salvo.

Os dirigentes do PT parecem crer que, se cometeram algum deslize, este foi o de terem sido apanhados com a mão mergulhada no pote de ouro, dilapidando desmesuradamente o patrimônio público.



As CPIs e a investigação responsável do Congresso Nacional — e mesmo de instituições como o Ministério Público e até a Polícia Federal — têm revelado algo mais. Juntando as peças de todos os escabrosos episódios protagonizados pelo PT ao longo de seus 25 anos de existência (Lubeca, CPEM, Campinas, Santo André, propina de jogo do bicho e tantos outros) percebemos perfeitamente que o esquema do mensalão era apenas uma engrenagem do *modus operandi* petista, fundado na antiética.

O mensalão talvez seja o mais grave capítulo da história petista, por personificar o desprezo do partido pelas instituições democráticas e a tentativa de subjugar um Poder da República a projeto de poder de um partido político.

Em sua resolução desta semana, a direção do PT, coroando a leviandade, acusa o Governo Fernando Henrique de ter dilapidado o Estado brasileiro, desorganizado a economia, feito privatizações selvagens e promovido desastre.

São as velhas palavras de ordem irresponsáveis do PT que a realidade já se encarregou de desmoralizar. O que todos sabemos — e a realidade prova — é que, não fossem as realizações do Governo FHC, dificilmente o País poderia estar hoje colhendo frutos positivos (ainda que muitos insatisfatórios quando comparados ao que ocorre no resto do mundo) na área econômica.

A resolução do Diretório Nacional revela, pois, sem nuances, que o PT continuará a insistir na mistificação que acabou levando o partido ao poder federal, jamais admitirá suas irrefutáveis responsabilidades na escrita de páginas deploráveis da vida política nacional e continuará a postar-se como vestal.

Parece não se dar conta, porém, de que a realidade, a dura realidade dos fatos, já revelou que toda essa verborragia não passa de ilusionismo. Acreditar na



tese emanada da direção nacional do PT na última segunda-feira é acreditar em contos da carochinha. Os brasileiros exigem mais seriedade e responsabilidade de quem, até o fim do próximo ano, responde pelo Governo do País.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Para falar contrariamente à matéria, concedo a palavra ao nobre Deputado Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS (PP-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tenho vindo sempre à tribuna para falar contra as medidas provisórias editadas em excesso por este Governo sem os quesitos da relevância e da urgência. E o faço como um alerta, porque esta Casa tem sido escrava do trancamento da pauta por medidas provisórias.

No ano passado, em apenas 10% das sessões pudemos aprovar matérias propostas pelos Deputados e pela sociedade de forma plural, por meio dos Parlamentares e da Comissão de Legislação Participativa, que encaminha ao Plenário propostas vindas dos mais diversos segmentos da sociedade.

A pauta é fixada pelo Governo, que, muitas vezes, de maneira até leviana, quando é de seu interesse, retira uma medida provisória no meio da votação para poder avançar, ou nos envia projetos com urgência constitucional — há 3 deles na pauta —, o que também impede o funcionamento normal da Casa.

São muitas as matérias de interesse da sociedade brasileira. O Código Florestal, por exemplo, precisa ser votado. Há certa intranquilidade no campo por conta da não-votação do projeto que trata da reserva legal nas propriedades, das matas ciliares que precisam ser mantidas pelos produtores rurais. É uma matéria conflituosa e difícil, que tramita há bastante tempo na Casa e está pronta para ser votada.

Há a reforma tributária, tão necessária para a desburocratização da nossa economia, para o fortalecimento das nossas empresas e para o aumento da competitividade do Brasil com outros países.



Tudo isso, porém, fica em segundo plano, para discutirmos matéria como a que ora está em exame, que não tem a relevância e a urgência necessárias. Isso é falta de planejamento tributário.

Ainda ontem, quando fez sua apresentação na Comissão Mista de Orçamento, o Ministro Paulo Bernardo mostrou que o Governo já envia o Orçamento com mais de 16% de carga tributária, quando a LDO também remetida pelo Governo havia limitado em 16% a carga tributária. Era de 16,27%, e o Ministro veio retificar ontem para 16,39%.

Apresentamos sucessivos recordes de arrecadação. No entanto, a execução orçamentária foi de apenas 6% dos 22 bilhões de reais previstos no Orçamento de 2005. Apenas 6% de execução orçamentária, repito, e estamos no meio do mês de setembro!

Então, Sr. Presidente, é preciso que esta Casa retome a sua capacidade de atender às demandas da sociedade. Vamos votar a reforma tributária, o Código Florestal e tantas outras matérias de interesse da sociedade.

A reforma política é um clamor da sociedade, uma necessidade para os partidos e não encontra vez na pauta em razão do número de medidas provisórias.

Portanto, fica registrado o nosso protesto contra o excesso de medidas provisórias editadas por este Governo.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Concedo a palavra ao Deputado Tarcisio Zimmermann, para falar favoravelmente à matéria.

O SR. TARCISIO ZIMMERMANN (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nenhum de nós gosta de medida provisória, mas esta tem um conteúdo importante, porque busca sanar problema produzido no próprio processo legislativo, que não previu adequadamente a extensão da possibilidade de aqueles investidores de mais longo prazo poderem contar com benefício tanto no Imposto de Renda como na COFINS, relativamente às aplicações de longo prazo, em especial os investidores em fundo de previdência complementar.

Obviamente, queremos o fortalecimento, cada vez mais, da previdência pública. Mas esse é um instrumento legítimo de poupança dos trabalhadores e pode ser importante para a promoção do desenvolvimento do País. E tudo o que pudermos garantir sem romper o equilíbrio fiscal, a necessária equidade que devem ter os tributos; tudo o que pudermos agregar a fim de favorecer investimentos de longo prazo, reduzir taxas de juros e melhorar as condições de competitividade da economia brasileira é positivo.

Destaco isso porque hoje o Ministério do Trabalho e Emprego divulgou dados mais recentes da pesquisa do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados — CAGED. Sou daqueles que muitas vezes têm feito críticas à política econômica do Governo Lula. Acredito que poderíamos ter avançado mais, mas não posso reconhecer legitimidade na Oposição quando ela quer detratar o Governo Lula, como está fazendo agora.

O Ministério do Trabalho e Emprego anunciou que foram gerados, somente no mês de agosto, 135.460 empregos com carteira assinada. A média mensal de



empregos gerados durante os 32 meses de Governo Lula chega a 105.873 empregos. É expressivo o número de cidadãos que têm visto assegurado o seu direito a trabalho digno.

Agora, vejamos os dados do Governo FHC: durante os 8 anos daquele Governo, a média mensal de empregos gerados era de apenas 8.301. Portanto, o Governo Lula gera 12 vezes mais empregos, em média, do que o Governo FHC. E, no Governo Lula, isso reflete ganhos reais no salário dos trabalhadores.

Certamente, poderíamos ter feito muito mais. Afinal, é espetacular a capacidade de crescimento deste País e de trabalho do seu povo. No entanto, a Oposição, que, quando no governo, obteve números medíocres de geração de emprego e desenvolvimento, não tem autoridade política para detratar o Governo Lula.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Concedo a palavra ao último orador inscrito, o nobre Deputado Eduardo Valverde. (*Pausa.*) Ausente.

NÃO HAVENDO MAIS ORADORES INSCRITOS, DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Passa-se à votação da matéria.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Sobre a mesa requerimento no seguinte teor:

“Requeremos, nos termos regimentais, o adiamento da votação da Medida Provisória nº 255-A, de 2005, por duas sessões”.

Subscrevem: PT, PSB, PTB e PL.



O SR. JORGE ALBERTO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JORGE ALBERTO (PMDB-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, nós, do PMDB, viemos ao plenário com a firme disposição de continuar nossos trabalhos votando as medidas provisórias que trancam a pauta, o que, de certa forma, está fazendo com que algumas matérias de grande importância não tenham condições de ser votadas. Porém, há uma disposição do próprio Relator, Deputado Dr. Benedito Dias, de aceitar este requerimento de adiamento por duas sessões da votação da Medida Provisória nº 255.

Como há número regimental concordando com o adiamento, nós, do PMDB, deixamos registrado que viemos a esta Casa para votar as medidas provisórias, mas acatamos a ponderação do nobre Relator, Deputado Dr. Benedito Dias, também subscrevendo o requerimento.



O SR. COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. COLBERT MARTINS (PPS-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PPS é contra o adiamento da discussão. Essa medida provisória é uma das que reduz imposto e carga tributária. Assim, é mais do que urgente, como reconhece o próprio Relator. É mais do que relevante. No Brasil, temos altas taxas de impostos, pagamos imposto de tudo. Protestamos todos os dias contra impostos. Deputado Dr. Benedito Dias, não podemos adiar a votação. A discussão tem que se dar hoje. Estamos todos na Casa. Há *quorum* elevado e temos outras medidas provisórias mais complexas adiante.

Portanto, o PPS insistirá que a votação ocorra agora. Hoje é quarta-feira, dia 21 de setembro. Estamos próximos da primavera. Seria um grande dia para começarmos, nesse período, a reduzir impostos no Brasil. O Governo tem interesse. A Câmara dos Deputados está com seu *quorum* máximo. Não entendemos por que adiar.

O PPS encaminha contra o adiamento, porque entende que redução de imposto não se pode atrasar.



O SR. DR. BENEDITO DIAS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Tem V.Exa. a palavra, nobre Relator.

O SR. DR. BENEDITO DIAS (PP-AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com relação à Medida Provisória nº 255, estamos prontos para votar. Mas na medida provisória introduzimos um plano de convenção. No início, havia um acordo com o Governo. Agora, surgiram algumas dúvidas com relação a esse plano, ao conversarmos com as pessoas interessadas, a saber, a Receita Federal. É preciso discutirmos melhor essa posição dentro do plano de convenção.

Na qualidade de Relator, concordo em adiar por duas sessões a votação da medida provisória, para buscarmos o entendimento e não haver discussão em relação ao plano de convenção.

Estou de acordo que haja prorrogação por duas sessões.



O SR. LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - V.Exa., que é subscritor, tem a palavra.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, diante do exposto, a bancada do Partido dos Trabalhadores é favorável ao adiamento, para propiciar um relatório que expresse a média ponderada das opiniões do Plenário desta Casa.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - O Presidente indaga se algum partido quer orientar. (*Pausa.*)



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Em votação o requerimento de adiamento da votação da Medida Provisória nº 255-A, de 2005, por duas sessões.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*)

APROVADO, CONTRA O VOTO DO PPS.



O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) - Como a matéria tranca a pauta e sua votação está adiada por duas sessões, só teremos sessão deliberativa na terça-feira vindoura.

Reitero aos Srs. Parlamentares que se interessarem pelo processo o convite para que compareçam, amanhã, às 10h, à reunião do Colégio de Líderes, a fim de discutirmos os procedimentos para, no menor espaço de tempo possível, eleger o novo presidente da Casa.